TL7372

CIDAC

Declaração sobre a Libertação dos Povos

1. A segunda metade do nosso século tem sido marcada pelas lutas de libertação dos povos da África, da Ásia e da América Latina. Essas lutas constituem mesmo um factor decisivo na transformação do mundo actual.

Conscientes da importância desse combate contra as mais diversas formas de dominação, confiantes na capacidade dos povos para tomarem em mãos o seu próprio destino, sabemos que essa luta também é a nossa e com ela nos solidarizamos ardorosamente. Ao fazê-lo, exprimimos a determinação de contribuir para reforçar as solidariedades entre os povos, acima das barreiras com que se procura dividi-los. Eles são essencialmente solidários no processo dinâmico da sua libertação, a caminho de uma sociedade nova.

2. Nos continentes africano, asiático e latino-americano existem numerosos casos de opressão política, económica e cultural que enfrentam como resposta a resistência das massas populares, sendo que por vezes a violência da opressão, a realidade da sobreexploração e os atentados à liberdade são de tal modo gritantes que a resistência dos povos assume a forma de luta armada.

3. Em alguns desses casos, a opressão concretiza-se numa verdadeira colonização, já que o território nacional está ocupado por uma potência estrangeira, embora existindo zonas libertadas em maior ou menor extensão por força da resistência popular polarizada e organizada pela vanguarda revolucionária. É o que acontece com a invasão de Timor-Leste pela Indonésia, com a ocupação da Namíbia pela África do Sul, com a invasão do Sahará Ocidental por parte de Marrocos e da Mauritânia e com a anexação da Eritreia pela Etiópia. Da mesma maneira se pode referir a colonização de Porto Rico pelos Estados Unidos da América.

4. Outras situações são de colonização interna, praticada por minorias racistas cuja dominação se abate sobre as grandes maiorias. É o que acontece, embora em condições distintas, com o sistema de apartheid na África do Sul, com o regime ilegal e minoritário no Zimbabué e com a implantação do Estado sionista na Palestina.

Por ocasião do seu 5.º aniversário, o CIDAC organizou, em 23-24 de Junho de 1979, as Conferências sobre a Libertação dos Povos, com o objectivo de contribuir para o aprofundamento, por uma lado, das lutas de libertação nacional ainda em curso no mundo de hoje e, por outro lado, do combate mais geral pela independência económica contra o sistema capitalista mundial. As Conferências foram proferidas por Simon Malley, director da revista «Afrique-Asie», sobre a África; por Kamel Djaider, jornalista argelino, sobre o Mundo Árabe; por Nguyen Tran-Ho, economista vietnamita, sobre a Ásia; e por Pedro Vuskovic, economista chileno, sobre a América Latina.

No final das Conferências e dos debates, foi apresentada esta Declaração sobre a Libertação dos Povos, exprimindo uma tomada de posição do CIDAC acerca de algumas das principais questões que hoje se colocam à causa da libertação dos povos e à necessária solidariedade internacionalista.

Embora a responsabilidade política da Declaração seja inteiramente assumida pelo CIDAC, o seu projecto foi debatido por grande número de pessoas que colaboraram na redacção final. Da mesma maneira, o carácter conjuntural de diversas posições e a complexidade de algumas das questões justificam que a Declaração não seja tida como fixa e acabada, mas antes como um texto aberto a todos os futuros contributos, aberto portanto a críticas, sugestões, propostas de emenda ou possíveis desenvolvimentos.

5. Finalmente em diversos outros pontos do mundo, desde a Nicarágua até à Tailândia, a resistência popular armada ergue-se contra regimes opressores e vendidos ao imperialismo, pelo que também aí se pode falar de verdadeiras lutas de libertação nacional.

6. O combate de todos estes povos inscreve-se no grande movimento libertador do nosso século, iniciado com a Revolução de Outubro, prosseguido com a Revolução Chinesa, desenvolvido com as vitórias dos povos de Cuba, da Argélia, da Indochina, da Guiné-Bissau, de Moçambique, de Angola e de tantos outros. O capitalismo, o colonialismo e o imperialismo sofreram sérias derrotas e uma parte crescente da humanidade avançou em saltos qualitativamente determinantes no seu processo de libertação.

As lutas hoje em curso encerram o mesmo potencial transformador, pois que a história do nosso tempo nos ensina que as guerras populares prolongadas, proporcionando o aprofundamento da consciência colectiva na luta contra as diversas formasde exploração, têm em si as sementes de uma sociedade nova: as lutas de libertação nacional, quando correctamente dirigidas e apoiadas na vontade das massas populares, prolongam-se em revolução social.

7. Daí a nossa solidariedade com a legítima causa destes povos e com os movimentos de resistência popular em África, na Ásia e na América Latina, bem como o nosso apoio incondicional aos movimentos de libertação, particularmente à FRETILIN — Frente Revolucionária de Timor-Leste Independente; à SWAPO da Namíbia; à Frente POLISÁRIO do Sahará Ocidental; à FPLE — Frente Popular de Libertação da Eritreia; à ANC da África do Sul; à Frente Patriótica do Zimbabué; à OLP — Organização de Libertação da Palestina; à FSLN — Frente Sandinista de Libertação Nacional da Nicarágua; à Frente Nacional Democrática das Filipinas e ao Comité de Coordenação das Forças Patrióticas e Democráticas da Tailândia.

8. Consideramos que o apoio activo a estes movimentos de libertação é um imperativo para todas as forças progressistas mundiais, para além de quaisquer razões de Estado ou de quaisquer considerações geo-estratégicas, já que o direito dos povos à auto-determinação e à independência não é alienável em troca de quaisquer conveniências de oportunidade táctica.

9. A firmeza na adesão a este princípio geral não pode deixar de se concretizar no actual momento por um certo número de posições políticas entre as quais se podem destacar:

a) desmascarar as manobras dos grandes interesses económicos e a hipocrisia da diplomacia ocidental que tudo fazem para impedir o desenvolvimento das lutas dos povos da África Austral;

b) combater as tentativas pseudo-legais, sob a capa de eleições fictícias, com vista a perpetuar a dominação racista e colonial na Namíbia e no Zimbabué;

c) condenar vigorosamente as agressões terroristas da Rodésia e da África do Sul contra os países da Linha da Frente, guarda avançada do continente africano;

d) denunciar a traição egípcia ao pactuar com o sionismo e exigir o reconhecimento do legítimo direito do povo palestiniano à sua terra;

e) reclamar a imediata retirada das tropas marroquino-mauritanas do território do Sahará Ocidental e o reconhecimento da RASD — República Árabe Saharauí Democrática;

f) reconhecer a legitimidade da causa nacional eritreia contra a anexação pela Etiópia e exigir uma solução negociada, pondo termo à agressão militar, também em nome do próprio interesse do povo etíope e do seu processo revolucionário;

g) condenar o genocídio praticado pela ditadura indonésia contra o povo de Timor-Leste, assegurar toda a solidariedade à resistência desse povo contra a invasão estrangeira e reclamar o reconhecimento da RDTL — República Democrática de Timor Leste;

h) denunciar as conspirações imperialistas contra os regimes progressistas africanos, condenando firmemente a frequente prática de recrutamento de mercenários;

i) denunciar os laços de coordenação e de cumplicidade para a dominação dos respectivos povos que estabelecem entre si os regimes ditatoriais de diversos continentes, em particular da África do Sul e várias ditaduras latino-americanas e apelar como resposta ao fortalecimento da acção conjunta das respectivas organizações populares;

j) apelar à solidariedade total e ao reconhecimento formal da FSLN como exército combatente da Nicarágua, assim como ao reconhecimento do Governo provisório surgido dessa luta como a única expressão autêntica e legítima do povo nicaraguense;

k) apoiar as forças populares que lutam contra os regimes ditatoriais e corruptos da América Latina, da Ásia ou da África, desde a resistência às ditaduras latino-americanas ou ao regime de Guiné Equatorial, até à luta armada em Oman, nas Filipinas ou na Tailândia.

10. Os processos de luta armada de libertação nacional e popular, uma vez conquistada a independência política, têm como prolongamento necessário a luta pela independência económica. Esta luta não é menos difícil e violenta do que a primeira, mas reveste-se, com frequência, de aspectos mais complexos e menos transparentes em que as opções são difíceis e os instrumentos de luta continuam frágeis e precários em relação às tarefas a realizar e aos objectivos a atingir.

A independência adquirida é meramente formal quando se mantêm, ou mesmo aprofundam, os laços de dependência comercial, financeira, tecnológica e até cultural, militar e política, face aos centros dominantes do sistema capitalista mundial.

A crise deste sistema, por seu turno, agravada nos últimos anos, não impede mas antes acentua o movimento da transnacionalização do capital que penetra cada vez mais profundamente a estrutura e o funcionamento da economia mundial. Por outro lado, a crescente escassez relativa de certos recursos naturais, intensifica a luta do imperialismo pela apropriação das fontes de energia e das matérias-primas segundo a lógica mais conforme aos interesses dominantes nos capitalismos centrais.

11. Nas transformações em curso no sistema capitalista mundial, a força de trabalho «barata» do mundo dominado e dependente constitui hoje a base de novos padrões de acumulação ao nível mundial, através daquele processo progressivo de internacionalização da produção e dos processos produtivos. Este processo pressupõe, consequentemente, para as elites dominantes locais, a capacidade de competirem na oferta das mais extremas condições de sobre-exploração do trabalho assalariado.

Ao mesmo tempo, o largo caminho já percorrido pelas nações que alcançaram a sua independência política no interior de um sistema capitalista dependente — com relevo para o exemplo latino-americano — demonstra que, nas actuais condições, o capitalismo é incapaz, sequer, de assegurar qualquer avanço significativo das forças produtivas, mesmo em estádios relativamente baixos de desenvolvimento económico.

12. De tudo isto decorre a premência de uma nova ordem económica internacional que possibilite a independência económica ao serviço do autêntico desenvolvimento e que substitua a estruturação existente que tende a perpetuar situações de subdesenvolvimento e relações de exploração e dominação. Todavia, é necessário reconhecer as ambiguidades que por vezes se têm associado à defesa da chamada Nova Ordem Económica Internacional, consagrada em declarações e resoluções da ONU, designadamente na Carta dos Direitos e Deveres Económicos dos Estados, aprovada pela Assembleia Geral da ONU em Dezembro de 1974. A autêntica Nova Ordem Económica Internacional, com efeito, só poderá ser imposta na prática ao longo de um processo de luta e por solidariedades activas e eficazes entre forças populares, em primeiro lugar entre as situadas nas chamadas periferias do capitalismo mundial, mas também no próprio interior das formações mais avançadas no processo histórico do seu desenvolvimento, e que reconheçam interesses e imperativos comuns na transformação da «ordem» internacional existente.

13. O contacto com a experiência dos povos ensina-nos que as grandes orientações estratégicas da luta pela independência económica, inseparável da luta por nova e mais justa ordem económica internacional e por profundas transformações sociais internas, são as seguintes:

a) a vontade política firmemente assente na mobilização e participação popular para as tarefas do desenvolvimento, baseado nas próprias forças;

b) a concepção e a prática do modelo de desenvolvimento mais ajustado às condições históricas de cada percurso nacional, que vise a máxima utilização dos recursos próprios para a satisfação das necessidades básicas da população, garantindo o controlo nacional do processo de crescimento económico;

c) a concepção e a prática da política externa, designadamente no domínio da cooperação económica, que reforce tanto as solidariedades regionais como as associações de países produtores e estabeleça o posicionamento na ordem económica internacional mais conforme ao projecto nacional de desenvolvimento auto-centrado.

14. Uma componente essencial deste combate contra o neocolonialismo e o sistema capitalista mundial é a adopção de uma autêntica política de não-alinhamento, factor de unificação das lutas libertadoras dos povos.

O não-alinhamento é antes de mais um anti-imperialismo consequente, já que o imperialismo que se estende a partir da América do Norte, da Europa Ocidental e do Japão é o principal inimigo da independência política, económica e cultural dos povos.

Mas o não-alinhamento é também a recusa à política dos blocos militares, pela paz e pelo desarmamento, contra as tentativas por transformar os continentes africano, asiático e latino-americano em palco de rivalidades muitas vezes sangrentas, ou por dividi-los em zonas de influência que nada têm a ver com os interesses dos povos.

A solidariedade entre os não-alinhados, enfim, é uma importante garantia da independência nacional e da defesa dos interesses dos países produtores de matérias-primas e de produtos agrícolas face às grandes potências industrializadas.

15. Não há alternativa histórica à dominação capitalista que não seja a construção da sociedade socialista. Todavia, as causas da libertação dos povos e da edificação do socialismo têm sido gravemente feridas nos tempos mais recentes pelos desvios, dissidências e conflitos entre países onde se verificaram avanços significativos na ruptura com o sistema capitalista. Além do conflito sino-soviético, outros conflitos têm surgido degenerando em guerras entre países que se reclamam do socialismo, como aconteceu entre a Somália e a Etiópia, entre o Vietname e o Kampuchea, entre a China e o Vietname.

Em nome da mesma causa de libertação, impõe-se praticar incessantemente os princípios da resolução pacífica dos conflitos entre esses países por via negociada e da não-ingerência nos assuntos internos de outros Estados, bem como se impõe intensificar a luta contra o imperialismo e pela edificação do socialismo.

16. Finalmente, o combate dos povos da África, da Ásia e da América Latina interessa eminentemente às classes trabalhadoras dos países dos centros capitalistas, por força de uma solidariedade objectiva contra as mais diversas formas de exploração. Até porque a «redistribuição industrial» que o capitalismo internacional vem impondo no seu propósito de aproveitar mais intensa e directamente a mão-de-obra «barata» dos países periféricos, empobrece ainda mais os trabalhadores destes países; e, por sua vez, representará taxas crescentes de desemprego permanente para a classe operária dos países centrais.

No passado do movimento revolucionário mundial, houve um tempo em que se pensou que o eixo da revolução estava essencialmente centrado no proletariado dos países industrializados; com a crise dos projectos revolucionários nestes países, passou-se a uma fase em que se considerava que o eixo da revolução estava na luta dos povos oprimidos da periferia, caindo-se num «terceiromundismo» muitas vezes idealista; estamos hoje em melhores condições para compreender que esses dois eixos têm de confluir, pelo desenvolvimento da prática de lutas solidárias entre as forças populares dos países industrializados e dos países da África, da Ásia e da América Latina.

Não há, pois, libertação sem internacionalismo. A solidariedade é uma arma dos oprimidos.

24 de Junho de 1979

CIDAC

SILVAS - Coop. Trab. Gráf., scarl — Lisboa